



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2.

ATA N.º 44/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas 20H30, nas instalações da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense - SFUAP, sitas na Rua União Piedense, na Freguesia da Cova da Piedade, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia (continuação):

3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de Almada sobre “Revisão da Carta Educativa de Almada – Aprovação de documento”;

3.19 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal de Almada acerca da Atividade Municipal;

2 – Instalou-se a Mesa da Assembleia Municipal de Almada constituída pelo Senhor Presidente Ivan da Costa Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Pedro Branca Lêdo (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Gerales (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luís Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do disposto no nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) José Joaquim Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU) e Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando as suas substituições nos termos legais e regimentais aplicáveis.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS), Catarina Isabel Garcia Paulino (PS) por impedimento de José António Lino Craveiro (PS), Alexandra Cláudia Vasco Serra (PS) e Ana Cláudia Dias Ribeiro (PS); António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU) por impedimento de António José Olaio da Silva (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU) e Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Senhor Paulo Ricardo Figueiredo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS), do Senhor José Pedro Ribeiro (PS), da Senhora Vereadora Francisca Parreira (PS), do Senhor Vereador José Luís Bucho (CDU), do Senhor Vereador António Matos (CDU), e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes
“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Carlos Filipe e Maria João.

5.2.1 – O Senhor Múncipe Carlos Filipe:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu chamo-me Carlos Filipe, nasci e fui criado em Almada desde sempre, só que a minha vida sempre foi feita em Lisboa, infelizmente, porque em Almada, a nível de acessibilidades é quase nula, e a prova foi exatamente hoje. Tive que entrar pela porta de trás, porque a entrada principal daqui não é acessível e então tivemos que entrar pelas traseiras.

Infelizmente aqui em Almada, as acessibilidades são muito poucas e o que venho aqui apresentar é exatamente sobre isso.

Conta-se pelos dedos do meu pé, que não são muitos, os locais que são acessíveis, não existe rampas em lado nenhum, não existe edifícios acessíveis, são muito poucas as condições que existe aqui no Município de Almada, e eu desde sempre tive essa dificuldade e por isso é que a minha vida é feita toda em Lisboa, e é exatamente por isso que venho aqui apresentar o que é que a Câmara Municipal pretende fazer relativamente a isso, e relativamente aos eventos que são feitos aqui em Almada.

Não existem condições para pessoas com deficiência e quando a gente aparece e quando existem essas condições, a resposta que levamos é: “você não avisaram que vinham”. Eu não tenho que avisar que vou a um evento ou que vou onde quer que seja. As coisas têm que ser acessíveis. Não tenho que avisar. Infelizmente, aqui em Almada existe muito pouca coisa que é acessível.

Eu sou Presidente de uma associação de desportos adaptados, e tenho que fazer isto em Lisboa. E aqui no Município onde estou não, é possível isto. Até quando? Existe muito pouca coisa acessível. E os edifícios que são privados, nós falamos com algumas lojas que nos disseram que não podem pôr rampas porque a resposta da Câmara Municipal é que as pessoas tropeçam. Por causa de uns tropeçarem outros não entram. É este tipo de coisas que temos que pensar. Tem que haver acessibilidade em todo o lado, não só para cadeiras de rodas, para pessoas invisuais, pessoas surdas e por aí fora. É este o alerta que eu deixo.”

5.2.2 – A Senhora Múncipe Maria João:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



R

Diz a Constituição Portuguesa e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que todos os cidadãos nascem livres e iguais. Mas continuamos nas nossas ruas, nos nossos bairros, e eu não quero mudar o mundo, uns a serem mais iguais do que outros. E eu continuo a sentir que estou constantemente, a pedir favores, a incomodar, para ter acesso às coisas. Acesso a coisas que são minhas por direito.

Eu gostava de questionar, qual é o papel da empresa de estacionamento de Almada, porque é que só reboca determinadas viaturas em determinados sítios, e outras ficam onde estão. Porque é que há pilaretes que são estrategicamente arrancados em sítios do meu bairro e em que as viaturas são sempre quase as mesmas que lá estão estacionadas. Como é que isto se resolve? Não é para a Maria João, não é para o Calos, é para todos os cidadãos de Almada. Eu não quero favores, eu não quero ser especial, eu quero ser igual. E como sei que para além de direitos tenho deveres, estou aqui a cumprir o meu dever de cidadã, de vos alertar se calhar para coisas que vocês nunca tinham pensado. Porque nós somos um país de pessoas católicas que vão em peregrinação até Fátima, mas enfiámos o carro debaixo da nossa porta, para não ter que andar 5 minutos. E ninguém faz nada contra isso. É cultural, estão 20 carros em cima do passeio, porque é que eu não posso pôr o meu?

Gostava de saber o que é que a Câmara Municipal tem pensado, como é que a Câmara Municipal tal como o meu marido disse, fiscaliza obras em lojas, que embora sendo do domínio privado, estão abertas ao público, que muitas são remodeladas e voltam a ser remodeladas e a acessibilidade continua zero. A minha pergunta é: um edifício histórico ou um edifício mais antigo, é mais importante que uma pessoa, qualquer que ela seja? Peço desculpa por estar exaltada, mas eu sou mesmo assim. E não queria que vissem isto como um problema do Carlos ou um problema da Maria João, é um problema de todos e se todos melhorarmos a acessibilidade no geral, todos ganhamos com isso. Os lojistas ganham mais clientes, a Autarquia ganha mais impostos, todos ganhamos. Por isso é este apelo que nós vimos deixar aqui e fiquem a saber que os minutos que nós ficamos à espera que alguém fosse abrir uma porta e fosse encontrar uma chave, não foram rápidos, está um gelo lá fora. As outras pessoas entraram, nós ficamos como o cão à porta. Aliás, agora há cães que entram em sítios que nós não entramos."

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Inês Pezarat Bom (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Luís Pedro Durão (PSD), Ana Margarida Lourenço (PS), João Eduardo Gerales (CDU), a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, o Senhor Vereador Filipe Pacheco (PS) e ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me que diga ao Senhor Carlos Filipe e à Senhora Maria João, que têm toda a razão. Não, não precisam de tratamento especial, não precisam de avisar, não deveriam precisar de avisar e não deveriam de estar a pedir licença ou quase autorização para aceder a qualquer sítio. E é verdade e nós temos a consciência que ainda há muito, muito para fazer. E deixe-me que diga e eu sei que basta que haja uma grande dificuldade, mas permita-me que lhe diga o esforço que temos feito. Quando nós insistimos por exemplo, na criação de passeios, e quando reabilitamos os passeios, para que possa passar uma cadeira de rodas, onde também passam carrinhos de bebés e onde pura e simplesmente anda uma pessoa de idade ou qualquer um de nós. E, portanto, é obvio que há uma preocupação especial com a deficiência para pudermos circular, mas eu percebo quando dizem que não querem um tratamento especial, querem a garantia de direitos iguais. E ainda bem que o fazem e têm razão de o fazer.

Dizer que temos estado a fazer um grande esforço em todas as reabilitações dos nossos edifícios públicos, para garantir as nossas acessibilidades. Este não é um edifício Municipal e eu depois já lá vou à questão dos privados e estou certa que a SFUAP assim que puder fará um acesso mais comodo do que por trás. Mas é necessário pelo menos garantir todo e qualquer acesso.

Dar nota que a primeira obra que fizemos foi justamente criar os acessos na Casa da Cerca, que os Paços do Concelho, por exemplo, também já têm rampa e elevador para garantir as acessibilidades porque é uma casa de todos, e mesmo como eu digo, nos nossos grandes eventos, todos eles têm espaço e acessibilidades. Muitas



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

vezes temos problemas, não é dentro do espaço, é até lá chegar. Por exemplo, a nossa tenda agora para a Festa do Natal, tem um espaço específico tem a possibilidade de acessibilidade, é fácil o acesso por aquele caminho? Não, não é. Temos que melhorar ainda. Embora seja possível, não é fácil.

Portanto, eu quero ser clara. Por outro lado, estamos a trabalhar numa estratégia municipal para a deficiência, não apenas na operacionalização de todas as obras necessárias para criar pelo menos todos os espaços públicos acessíveis, isso é uma das prioridades, mas também estamos a pensar na questão da revisão dos nossos planos de urbanismo, que é fundamental e também todas as campanhas de sensibilização são fundamentais.

Há uma questão que a Senhora Maia João diz com toda a razão. A questão dos carros em cima do passeio, é um pesadelo. Tentamos fazer ao máximo a fiscalização disso e temos aqui uma série de munícipes muito zangados, porque foram multados por estarem em cima do passeio. Eu espero que eles estejam a ouvir hoje, espero mesmo. Porque uma coisa lhe garanto, eu já fui acusada de ser contra os carros, eu não sou contra carros, eu sou contra carros que estão em espaços que não são feitos para os carros. E temos justamente um regulamento de estacionamento, vem reforçar ainda mais essa questão. E quando a pedagogia não funciona, temos que ser mais firmes naquela que é a condenação e também as contraordenações para esse efeito. É verdade. Pode nos dizer onde é que é a sua rua, para vermos. Está aqui o Senhor Vereador que faz parte da Administração da WEMOB, para ver se a fiscalização não vai lá, tem que lá ir. Às vezes há os circuitos que estão previstos têm que lá ir.

Agora, nós também sabemos que temos aumentado também as ruas pedonais, onde, e temos pensado também no próprio pavimento que seja um pavimento possível para as cadeiras de rodas, para os peões, para as pessoas de idade, para todo o tipo de almadenses.

Portanto, de uma forma muito breve, o que eu lhe que dizer é que há muito por fazer, têm razão, espero que possam voltar para Almada, por exemplo, uma das questões ali na Costa da Caparica já se pode vir de carreira de rodas da Charneca de Caparica até à Costa da Caparica, é graças justamente a todos os corredores que fizemos. As vias clicáveis também servem para poder garantir as acessibilidades, estamos a tentar fazer o máximo possível, há muito para fazer, gostaria de vos deixar um Município totalmente acessível. Mas seria muito pretensão da minha parte, mas acreditam que estamos convosco, que não vos esquecemos, e que estamos a tentar trabalhar o melhor possível para criar o máximo das acessibilidades.

Só por fim, eu não sei quem é que da Câmara Municipal e duvido que alguém o tenha feito, tenha ido dizer para não porem rampas porque as pessoas tropeçam, duvido. Mas, não posso garantir. De qualquer maneira, uma coisa lhe garanto, se algum trabalhador da Câmara Municipal disse isso, está a ser criativo, muito criativo, e vai contra as indicações que são dadas, porque obviamente, a legislação que até é uma legislação nacional é para cumprir. Portanto, não. Mais uma vez, não sei, eu conheço os nossos trabalhadores, tenho muitas dúvidas que algum trabalhador, ou algum fiscal da Câmara Municipal tenha ido dizer a uma loja não ponha a rampa porque as pessoas tropeçam. Às vezes é difícil pôr as rampas porque há os degraus, todos nós sabemos as dificuldades. Agora, as indicações não são essas, é exatamente ao contrário.

Volto a dizer estamos absolutamente disponíveis para até ações de sensibilização mais fortes, ficamos com o vosso contacto. Senhora Maia João, agradeço a sua mensagem, porque às vezes é uma luta difícil, porque de facto, os amantes dos carros, é um bom exemplo que deu, vão a pé para Fátima, podem andar duzentas metros entre o carro e a porta de casa."

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria começar por saudar o cidadão Calos Filipe, eu trabalhei na mesma empresa na Alexandre Braga, com o senhor Carlos Filipe, embora ele com certeza não me está a conhecer, já foram alguns anos, e sei bem a força que o Carlos Filipe tem para enfrentar a vida e os obstáculos que tem de enfrentar.

Isto foi o exemplo do que o senhor Carlos Filipe veio aqui fazer, de que Almada infelizmente, ainda não é para todos, e que ainda não é aquela Almada inclusiva que todos andamos a pugnar para que realmente ela seja. Eu



devo relembrar Senhora Presidente, que estes problemas dos cidadãos, que são cidadãos como nós, têm vindo constantemente a esta Assembleia Municipal, à Câmara Municipal também. Portanto, não são problemas novos. O CDS ainda há pouco tempo, umas poucas Assembleias atrás, apresentou uma moção para a colocação de uma rampa nas Finanças do Pragal, com certeza o senhor Carlos Filipe já lá tentou ir e sabe o que é que se passa. Eu lembro na altura a sua resposta foi de que não é competência da Câmara Municipal, o que quer que eu faça.

Portanto, não venho aqui para criar alarmismo, mas a questão é realmente aquele testemunho que foi dado aqui pelo senhor Carlos Filipe que representa muitos dos almadenses, que têm dificuldades na sua mobilidade e em se deslocar.

Portanto, Senhora Presidente, eu vou prometer aqui uma coisa, eu normalmente em política não gosto de prometer, mas vou prometer uma única coisa ao Cidadão Carlos Filipe e à sua Senhora, que é: eu não descansarei enquanto esta matéria deverá andar na Comissão Especializada até que possamos todos juntos, resolver muitos destes problemas.”

5.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria antes de mais agradecer ao Carlos Filipe e à Maria João a sua presença aqui hoje e lamentar profundamente a forma como foram tratados e a dificuldade que tiveram em aceder a um órgão municipal que tem que ser acessível a todos os municípios.

Infelizmente, este é um território de muitos e não um território de todos, nem para todos. Essa é a realidade que ainda se vive como aqui disseram e demonstraram o Carlos e a Maria João. E não é um território acessível no espaço público, no acesso aos transportes públicos, no acesso aos edifícios, e de facto, o Bloco associa-se a esta luta. Tem já apresentado várias propostas em reunião de Câmara às quais não foi dada grande importância por parte da Câmara Municipal. Portanto, é importante realçar que de facto, é preciso ter aqui uma visão abrangente para todo o Concelho e não medidas avulsas para que estas pessoas possam de facto usufruir de todo o Concelho e viver a plenitude do espaço público e não público. Portanto, esperemos que a partir de hoje a Câmara Municipal mude de facto, o seu posicionamento e comece a trabalhar mais afincadamente, no sentido de tornar Almada num território de todos.”

5.3.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naturalmente gostaria de agradecer a presença dos Senhores Municípes que aqui estiveram a dar o seu testemunho. Dizer que o PAN teve nesta Assembleia Municipal uma Deputada que era a Sandra com mobilidade condicionada, portanto, sabemos muito bem as dificuldades que enfrentam porque a cada Assembleia que era marcada, a Câmara tinha que estar a ver onde é que podia ser efetuada porque a Sandra não conseguia descer as escadas, não conseguia sair, não conseguia estacionar o carro para ela sair, não conseguia entrar, ficávamos muitas vezes à porta, nomeadamente, nos Paços do Concelho a Câmara Municipal agora já fez a rampa, mas não existia, portanto a Sandra não podia ir à sede da democracia de Almada porque não conseguia entrar. E, portanto, conhecemos infelizmente bem essa realidade. Também reconhecemos que a Câmara Municipal tem feito trabalho nesse sentido e acreditamos que continuará a fazer, mas é um caminho muito longo e que não se coaduna com a realidade premente que é preciso existir.

Dizer também, que foi pelas mãos do PAN que temos hoje aqui ou pelo menos através da recomendação que temos hoje aqui as interpretes de língua gestual, foi uma recomendação que deixamos nesta Assembleia e agradecemos também que tenha sido implementada porque é necessário que todos e todas possam ouvir aquilo que se passa.”

5.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Senhor Carlos Filipe, Senhora Maria João, muito obrigado pelo vosso esforço, saudamos o esforço que tiveram para chegar aqui hoje. Estas situações não se deviam repetir.

A Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, todos nós, temos que nos preocupar e temos que tornar como desígnio deste Concelho, criar as condições necessárias para não haver este tipo de discriminação.

Existem segundo os censos da SENSICARE, cerca de cento e cinquenta mil pessoas com dificuldade motora no país. Não podem ser discriminados. Eles não têm direito às moções, aos observatórios, ao acompanhamento que outros grupos têm, mas são discriminados. Eu não vejo a preocupação nacional, os Posts no Facebook, a grande preocupação que vejo com outras minorias. A discriminação positiva ou negativa é discriminação e temos que tratar todos os portugueses da mesma forma. E quem tem dificuldades em Portugal tem que ser apoiado, tem que ser ajudado e todos nós temos um papel nisso. Da parte do CHEGA terão o apoio em todas as propostas que visem melhorar os acessos em Almada.”

5.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria agradecer ao Carlos e à Maria João e a única coisa que para já conseguimos dizer é: desculpa. Temos que pedir desculpa por falharmos como cidadãos, como Assembleia Municipal, como Câmara Municipal, e especialmente como sociedade. Porque a mobilidade não é uma questão só de passagem, a mobilidade afeta-vos o dia a dia, afeta-vos a integração no mercado do trabalho, temos muito a fazer na integração das pessoas com dificuldades e que são portadoras de deficiência no mercado do trabalho, estamos com números muito pequenos destas pessoas que são validas, com estudos superiores e não conseguem ter lugares nas empresas, e se não conseguirmos resolver a mobilidade, se não conseguirmos dar esta pequena ferramenta para que consigam fazer as sua vida, não podemos esperar uma sociedade diversa e igualitária. Acho que diversidade também é isto e cabe-nos a nós enquanto sociedade e cabe ao PSD trabalhar em conjunto com todos, numa decisão e numa questão que é unanime, para tornar a vossa vida um pouco mais simples.”

5.3.7 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito obrigada ao Carlos e à Maria João, olhem que não são muitas as pessoas que conseguem chegar aqui e recolher a unanimidade de todas os partidos políticos. Há de facto, ainda um grande caminho a fazer, e vocês sabem disso melhor do que ninguém. Mas deixem-me partilhar convosco um episódio que eu acho que é um episódio muito importante, porque muitas das vezes não são só vocês que se deparam com essas dificuldades, que têm essa preocupação. Nós em 2017, durante a campanha eleitoral, tivemos uma ação de campanha que era simular um pequeno orçamento participativo, e deparamo-nos com uma questão, que foi um grupo de jovens no Monte de Caparica, eles podiam escolher aquilo que quisessem, um novo ringue de futebol, fosse o que fosse, e quase todos eles, a grande maioria, escolheu uma coisa tão simples quanto isto: haver uma rampa de acesso para o nosso colega que não tem mobilidade e que está numa cadeira de rodas, poder aceder a este nosso espaço jovem. E essa foi a primeira coisa que a Câmara Municipal fez quando chegou à Câmara, foi de facto, dar prioridade a essa obra, só que nós vivemos num país que foi pensado de outra maneira e isto são coisas que têm de ser feitas constantemente e as cidades, os edifícios, têm de passar a ser pensados dessa forma e não é preciso que venha cá o Carlos ou a Maria João, ou que numa qualquer ação de jovem nos digam coloquem aqui uma rampa para o nosso amigo poder estar connosco. Isto devia de ser uma coisa natural, e ainda há um grande caminho a fazer na nossa sociedade, nós tudo faremos para que esse desígnio se cumpra e têm aqui também o nosso compromisso com isso e muito obrigada por terem vindo, e desculpem a forma como tiveram de aceder a estas instalações e que recomendo também à Assembleia Municipal para ter cuidado com esta questão, para que não se volte a repetir, termos uma Assembleia Municipal num sitio sem acessibilidades.”

5.3.8 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Já agora esclarecer também o seguinte: esse cuidado e tal como a Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos referiu, passou a ser uma questão mesmo importante para a convocação de todas as Sessões a partir do momento, e eu não Presidente da Assembleia Municipal nessa altura, mas passou a ser uma questão com a qual todos os partidos passaram a preocupar-se felizmente, a partir de 2017, quando a Senhora Deputada do PAN Sandra Branco passou a fazer parte desta Assembleia Municipal.

E, portanto, hoje, tal como em todos os outros locais em que se realizam as Sessões da Assembleia Municipal, tem-se o cuidado de garantir que existem acessibilidades e que os sítios são acessíveis para que pessoas com mobilidade reduzida possam participar tal como os nossos dois munícipes o fizeram. Logicamente, tentando compatibilizar aquilo que é a presença em coletividades, no caso da SFUAP, mais de 140 anos, não é que este espaço o tenha, é obvio que a situação ideal seria termos naquela escadaria ou não termos aquela escadaria, ou termos uma cadeira com elevador, isso não é possível, nós tentamos compatibilizar a preocupação que os vários partidos também têm tido no sentido de que a Assembleia Municipal não se realiza sempre no mesmo sítio, que se realize em locais icónicos do Concelho e ao mesmo tempo ser em sítios que permitam aos Senhores Munícipes de participarem como o fizeram aqui hoje. Portanto, na realização da Sessão da Assembleia Municipal, esse é um tema com o qual nós temos uma preocupação constante antes da marcação das reuniões. Logicamente que depois em tudo o que é o espaço do nosso Concelho há mesmo muito trabalho que temos que fazer.”

5.3.9 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Maria João e Carlos Filipe, eu venho aqui a este microfone apenas expressar a total solidariedade do grupo municipal da CDU, relativamente aos problemas que aqui nos trouxeram. São problemas que não são novos. São problemas infelizmente, quase históricos no nosso país e que têm tido uma resposta muito lenta, demasiado lenta para aquilo que seria necessário para quem pretende uma sociedade mais justa e mais inclusiva. A nossa solidariedade e também um apelo, para que a Câmara Municipal de Almada, de facto, possa olhar para os problemas que vos afetam e que afetam muitos outros cidadãos como vocês, de uma forma diferente daquilo que tem feito até este momento e que possa gradualmente ir removendo os obstáculos que a cada dia se colocam perante a vossa vida. Muito obrigado por terem vindo e mais uma vez a nossa solidariedade.”

5.3.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero só agradecer à Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, por lembrar aqui que o meu primeiro despacho, o despacho nº 1 enquanto Presidente da Câmara Municipal, foi justamente o lançamento da obra dessa rampa.

Portanto, quando eu digo que duvido que algum funcionário da Câmara Municipal tenha dito: “não ponham uma rampa”, tenha desaconselhado a pôr rampas, garanto que não é certamente por indicação de nenhuma chefia, nem nenhuma outra indicação. Portanto, duvido mesmo que isso possa ter acontecido.

Muitas das declarações que aqui foram feitas, acho que o Senhor vereador poderá responder, o Regulamento e a Loja do cidadão. Quero só dar uma nota muito breve.

Quando nós dizemos que o território é de muitos, é porque dentro deste vasto território há pessoas com necessidades especiais. E, portanto, quando queremos fazer igual ninguém garante a igualdade, fazendo de conta que nós não temos condições diferentes. E, portanto, é preciso é garantir, que as condições que nós criamos, seja qual for a situação de partida, garantem os direitos iguais.

Portanto, não vamos retomar essa questão. Quero só dizer à Senhora Deputada Municipal Inês Bom, que com base até numa proposta que pedimos para retirar ao Bloco de Esquerda, é justamente a estratégia municipal para a deficiência, que vem na sequência daquilo que vos pedimos para retirar, estamos a trabalhar nela e já está praticamente em fase de podemos voltar a falar convosco.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.3.11 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo aos senhores munícipes Maria João e Carlos Filipe. Uma das razões porque esta Câmara Municipal promoveu a alteração do Regulamento de Paragem e de Estacionamento, é precisamente também, mas não só, a questão das acessibilidades. A Maria João dizia que a acessibilidade não é um problema do Carlos e da Maria João é de todos, estou a citar. Precisamente, eu de longe nem comparo, mas eu todos os dias, eu tenho dois filhos bebés, e no Bairro onde vivo, muitas vezes para andar com eles ou com o carrinho tenho de ir pela estrada. Portanto, não comparo de longe com o problema que vocês diariamente vivem, mas é mesmo um problema de todos e é precisamente por isso que o novo Regulamento da WEMOB, em lugar de só abranger algumas das zonas do território, passou a abranger todas, precisamente para que a WEMOB possa atuar em todas as zonas. É uma das razões. Mais, também acompanhando esta alteração já em janeiro começaremos uma nova fase de fiscalização, porque também houve um reforço de fiscais na WEMOB precisamente, nas zonas do centro da Cidade e do miolo da Cidade, onde os carros param nos passeios e onde impedem precisamente a mobilidade do peão. É esse um dos focos da WEMOB, pediram medidas concretas, esta é uma das medidas concretas. Mas há pouco um senhor Deputado Municipal falava também da questão dos acessos ao serviço público, falava da questão das finanças, mas não é só as finanças, é o IRN, é a Segurança Social, e é precisamente também por isso é que o Município, volvidos 20 anos vai mesmo avançar com a construção da Loja do Cidadão, evidentemente, cumprindo todas as questões da acessibilidade. Porquê? Para aceder aos serviços que precisamos todos os dias, os serviços públicos, precisamos de boas acessibilidades.

E por último termino, porque ouvi há pouco o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco dizer que não descansaria enquanto não acabasse com os problemas das acessibilidades. Fez-me lembrar de quando o nosso Presidente Marcelo Rebelo de Sousa há uns anos na campanha, dizia que, não descansaria enquanto não acabasse com os sem abrigo. É não perceber o problema, é não perceber que o problema é um problema complexo e que durará anos ou décadas a resolver e que nós temos é de incorporar a resolução desse problema na transversalidade das nossas políticas. Isso é muito importante. E é precisamente por isso, que por exemplo, a Câmara Municipal incorporou naquilo que é, sempre que faz uma obra, tem lá a questão das acessibilidades, está no pacote de qualquer obra pequena ou grande, tem a questão das acessibilidades. Por exemplo, nós hoje em dia vamos à Charneca de Caparica, onde se fez muita reabilitação do espaço público, e todos os passeios têm acessibilidade.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.19 da agenda relativo à Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

6.1.1 – Para apresentar a Informação da Atividade Municipal usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de apresentar a Atividade Municipal ou talvez introduzindo a Atividade Municipal, permitam-me que faça referência ao Livro que distribuímos como prenda de Natal e que foi lançado hoje mesmo e que ainda faz parte das comemorações dos 50 Anos da Cidade. É uma das muitas iniciativas que quisemos que estas celebrações fossem variadas, com estes 3 autores, o Carlos Guerreiro, a Mariana Matos e o Tiago Albuquerque. Este projeto nasceu da nossa Divisão de Arquivos, que abriram as suas portas e toda a sua documentação, o que nós temos aqui é um retrato muito pessoal destes 50 Anos da Cidade de Almada, aliás, parcial, o próprio autor reconheceu que não vai até agora, não são 50 Anos, mas tem a vantagem de ser um Livro de Banda Desenhada, ao mesmo tempo com referências concretas o que dá também toda a dimensão poética de Almada aqui retratada. Portanto, aproveito para felicitar todos aqueles que trabalharam no Livro e também o gráfico almadense e que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aliás, inspirou grande parte da história, tanto quanto eu soube hoje, ele é o início desta criança que nasce quando Almada foi promovida a Cidade.

Sobre a Atividade Municipal tenho aqui o meu discurso de ontem, mas eu confesso que depois da nossa Assembleia de ontem, e depois de ouvir todas as intervenções aqui e esta questão extraordinária que nada, não se passa nada, nós não fazemos nada em Almada, nada, nada. Então eu vou fazer uma lista, acho que é mais interessante assim os almadenses ouvem. E como isto é informação do final do ano, acho que faz sentido, não são só os últimos 3 meses, é o ano.

Portanto, este ano, na Ação Social, nós temos aqui alguns números que são interessantes, temos aqui o pagamento total, por exemplo, a entidades sem fins lucrativos, foram 12.700.000,00€ (doze milhões e setecentos mil euros) este ano. Só para termos um pequeno comparativo. A mesma rubrica, o mesmo pagamento, tudo, na altura eram 5.895.635,00€ (cinco milhões oitocentos e noventa e cinco mil e seiscentos e trinta e cinco euros). O que significa nestes anos passamos a mesma rubrica, os mesmos pagamentos, passamos de 5.895.635,00€ (cinco milhões oitocentos e noventa e cinco mil e seiscentos e trinta e cinco euros) para 12.700.000,00€ (doze milhões e setecentos mil euros).

Nos apoios sociais, só o apoio em tarifa social única da água, foram 2.000.000,00€ (dois milhões de euros). Os apoios diretos eventuais, 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros). O valor global de apoio à Ação Social, são cerca 4,5 milhões de euros. As famílias apoiadas foram mais de cinco mil e os atendimentos foram mais de mil seiscentos e cinquenta pedidos.

Eu posso dar aqui nota que o apoio social às famílias em 2017, eu penso que o que estava lá escrito foram 20.000,00€ (vinte mil euros).

Relativamente à Habitação. O total do investimento público em habitação, é de mais 3,8 milhões de euros. Pela 1ª vez criamos um programa de apoio ao arrendamento a cerca de 60 famílias, mais de meio milhão em investimentos e manutenção de habitações, um total de 109 intervenções em habitações municipais, 8 das quais reabilitações integrais. Exercício de direito de preferência em 13 imóveis só este ano, num investimento de 2 milhões de euros.

Programa de Apoio à Habitação em Realojamento, execução de 2017, 25 mil euros. Só o nosso Programa de Apoio ao Arrendamento é 5 vezes mais do que a totalidade do Programa de Apoio de Habitação a Realojamento de 2017.

Na Educação. Na educação recebemos 20 escolas do 2º e 3º Ciclo, que passaram para a gestão da Câmara Municipal, e investimos mais de 1,2 milhões de euros, na manutenção do edificado das escolas e pavilhões, este ano.

Em 2017, conservação e manutenção de edifícios escolares, este ano, e não estamos a falar daquelas que recebemos, estamos a falar daquelas que já eram municipais, este ano 1,2 milhões de euros. 2017, 96 mil euros. É verdade não fizemos nada. Realmente é extraordinário.

Cultura. Mais de 300 mil espetadores no espaço público. Nas nossas atividades culturais, investimos em protocolos no valor de 1 milhão de euros, e mais de 160 mil visitantes em museus e bibliotecas. Já para não falar do regulamento de apoios públicos, em 2023 os apoios foram 550 mil euros. 2017, apoio à ação cultural 229.800,00€, Mas nós este ano em compromisso já temos 3.287.000,00€.

Ambiente e Espaços Verdes. Temos dois novos parques de hortícolas. A instalação de todo o novo sistema de rega no Parque Multiusos, e reforço de arborização, mais um parque canino no Parque da Paz, mais o parque canino do Parque Urbano Filipa d'Água.

O ano passado foram plantadas 640 árvores. Este ano e o ano não terminou já foram plantadas 1064 árvores. Isto já para não falar das 3 novas microflorestras, da microflorestra do Pragal, do Multiusos da Sobreda, do Bairro do Matadouro. E já agora, a 2ª fase do REDUNA na Costa da Caparica.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente à mobilidade, temos a requalificação da Avenida do Mar, 3.600.000,00€, requalificação da Estrada Florestal, 3.900.000,00€, tudo este ano, troço final do IC20, praticamente 500.000,00€, a lançamento da requalificação dos acessos à Praia do Sul, 5.700.000,00€, requalificação da ciclovia Cacilhas Caramujo, 90.000,00€ e no âmbito da micromobilidade sustentável, assinamos um protocolo para a utilização partilhada da trotinete e bicicletas.

Tudo isto está neste Relatório.

Higiene Urbana, também não deixa de ser interessante, também fomos buscar os dados da higiene urbana. Há uma rubrica muito interessante que é aqui falada. Construção e manutenção de equipamentos desportivos. Em 2017, a construção e manutenção de equipamentos desportivos o que está inscrito no Relatório são 52.691,00€. Este ano, só em compromissos, e não estamos das grandes obras da Charneca de Caparica, só em compromissos já estão 311.000,00€, e pagamentos até à data já foram 126.000,00€, é um pouco mais do dobro.

Segurança e Ações Sociais. Em 2017, a segurança e ações sociais, a totalidade da rubrica 93.000,00€ em 2017. Em 2023, só no programa das pessoas sem abrigo, estamos a falar de 248.000,00€.

As candidaturas de apoio a projetos sociais, 104.000,00€ e os subsídios correntes outras atividades sociais, 811.461,00€.

Portanto, eu acho que é bastante claro e cristalino.

Apoio à ação cultural. A totalidade da rubrica apoio à ação cultural, era de 229.885,00€. Só que este ano os compromissos já estão nos 3.287.000,00€ e os pagamentos até à data 1.931.000,00€.

Senhores Deputados, eu termino esta minha intervenção como acabei a de ontem. Se há coisa que eu gosto é de debate político, gosto do debate de ideias, gosto do confronto de ideias, gosto da argumentação. Mas é preciso que essa argumentação esteja baseada num mínimo de realidade, porque senão, apenas estamos aqui a fazer todos, monólogos, que os almadenses naturalmente, não entendem.

O apoio à formação desportiva, só ela antes estava a 30.000,00€, agora já está a 50.000,00€. E o apoio ao transporte desportivo antes era zero e agora são 50.000,00€ também.

Mas eu terei todo o gosto, quando fecharmos as contas, eu vou levar este exercício até ao mais ínfimo pormenor só em homenagem ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço. É um gosto que me vai dar é ver rubrica a rubrica até o código das finanças, vai estar na minha mente durante uma semana, vai ser uma alegria.

Eu na minha humilde condição de Presidente de Câmara, eu confio nos documentos que os nossos serviços apresentam. Eu sei que pelo menos tem o rigor daquilo que está escrito de formas oficiais. E uma coisa eu sei, eu não posso terminar esta minha intervenção, sem dar um imenso obrigado a todos os nossos trabalhadores, a todos os níveis. Porque são eles, nós damos a indicações, nós apresentamos programas eleitorais, depois as Grandes Opções do Plano e Orçamento, mas são eles depois que quotidianamente, tornam em realidade aquilo que nós ambicionamos para os almadenses. E dão tudo, são incansáveis e por isso aqui deixo o meu grande agradecimento a todos os trabalhadores da Câmara Municipal a todos os níveis, aos dos SMAS, aos das Agências Municipais, aos da WEMOB, porque sem eles não seria possível fazer. E eu sei o quanto eles se esforçam e sei também, as imensas dificuldades que temos encontrado ao longo destes anos, mas não vale a pena estar a relembrá-las aqui. Mas uma coisa é certa, estamos temos a recompensa, quando vamos à rua, os almadenses nos agradecem e reconhecem o trabalho feito e que continuaremos a fazer com a mesma determinação, venham de onde vierem as vozes do além."

6.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Beatriz Leal Ferreira (PSD), João Eduardo Geraldês (CDU), Inês Pezarat Bom (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN), Karim Hassam Quintino (BE), José Alberto Lourenço (CDU), Pedro Miguel Matias (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), Luís Filipe Palma (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD), Pedro Miguel Pereira (PS),



Daniel Alexandre Silva (PS), a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, e o Senhor Vereador Filipe Pacheco (PS).

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A insegurança dos cidadãos face ao aumento da criminalidade, é evidente, apesar de ser negada pelo PS. Chegando ao ponto de as iluminações de Natal serem roubadas na Charneca de Caparica. No entanto, não se constata um reforço significativo nas Forças de Segurança que frequentemente se veem obrigadas a trabalhar sem as condições materiais e financeiras adequadas.

Continuamos a ter piscinas fechadas por períodos prolongados e pavilhões para a prática desportiva degradados.

A iluminação LED tanto prometida tarda em avançar, pelas estradas e ruas do Concelho, mas os festivais fazem-se sempre.

E a promessa da extensão do Metro de Superfície até à Costa da Caparica onde fica a mesma? Na mesma gaveta onde está a questão do Pórtico da A33. Já para não falar do Transpraia, o ícone deste Concelho e da incapacidade negocial para a sua aquisição.

Os cidadãos das nossas Freguesias do Concelho, sofrem com a ausência de soluções de mobilidade. Ainda mal feita a implementação caótica e desgovernada da Carris Metropolitana, agora temos a obra do IC20, onde não coragem política para compreender, que não é uma 4ª faixa viária que vai resolver o problema. Só vai fazer confluir mais carros no acesso à Ponte.

Onde anda o projeto da Urbanização Almada Nascente Cidade da Água, o Innovation District, a requalificação da Frente Ribeirinha? Não sabemos.

E a Escola Carlos Gargaté? Que continua parcialmente sem luz e a porta da entrada continua sem funcionar, meia dúzia de meses depois da sua abertura.

Todas as questões mal endereçadas e nunca respondidas com frontalidade.

Na Sessão sobre o Debate do Estado do Concelho colocamos um conjunto de perguntas que todo o executivo PS/PSD, fez para ignorar, mas que voltaremos a insistir, até que os almadenses tenham a sua resposta.

Mas para não se queixarem da intransigência do CHEGA, eu até aguardo alguns segundos para que possa arranjar um papel e caneta para desta vez escrever as nossas questões.

Senhora Presidente, quantas pessoas moram nos inúmeros bairros ilegais e existentes em Almada ao dia de Hoje? Sabe?

Que controlo está a ser feito para a sua proliferação? Em bairros como o 2º Torrão, as casas existentes estão a crescer em altura, sabia?

O Grupo Municipal do CHEGA tem alertado para a situação, mas a construção continua sobretudo em modo vertical, dando algumas de 1º e 2º andares. A este ritmo a Câmara Municipal nunca terá casas suficientes para o 2º Torrão quanto mais para os outros bairros.

E relativamente ao 1º e 2º Torrão, são abastecidos de água e saneamento? Quantos clientes tem essa zona? Quantos metros cúbicos de água consomem? Quem paga essa água?

Relativamente ao fibrocimento, quantos edifícios camarários têm ainda fibrocimento ainda com amianto, mercados, parques de estacionamento e outros? Não estamos a falar de escolas, como já foi respondido, estamos a falar de edifícios da responsabilidade da Câmara Municipal. Onde estão os relatórios do estado do ar e partículas desses edifícios? Qual a utilização diária desses mesmos edifícios? Quantos almadenses estão diariamente sujeitos a amianto pela escolha da Câmara Municipal em não retirar o fibrocimento? Para quando



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

uma total erradicação do fibrocimento em edifícios municipais? E a responsabilidade de ausência de respostas é de quem? Do PS e PSD, o seu habitual camarada.

Por último a importância da notícia e a da defesa de transparência obriga-nos a abordar o tema. As notícias vindas a público esta semana por diversos órgãos de comunicação, levantam serias dúvidas sobre um contrato de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), por coincidência com esta nobre instituição onde nos encontramos e onde tive o privilégio de treinar durante muitos anos, a centenária SFUAP. Na nossa interpretação não há dúvida nenhuma, que o Tribunal de Contas tem razão e a sentença não passível de recurso. Em termos jurídicos o contrato é nulo, pelo que os montantes contratados não podem ser pagos.

Além disso, o apuramento de responsabilidades poderá levar elementos da própria Câmara Municipal, o Vereador do Pelouro em especial, a sentarem-se no banco dos réus. Claro que isto envolve um enorme potencial prejuízo para a SFUAP, a Câmara poderia ter concedido subsídios à SFUAP, mas dentro de outro enquadramento, com montantes devidamente fundamentados. Tratou-se aqui na nossa opinião num monumental erro dos serviços jurídicos, mesmo que invoquem ser a continuação de um programa já anteriormente implementado, o que isto pode provocar uma fiscalização retroativa que obrigue também à reposição das respetivas verbas, a persistência da ilegalidade não legitima a mesma, tratando-se de um erro tremendo que poderá acarretar sérias consequências em termos sociais e que vem expor um caso grave de incompetência, de incúria deste executivo PS/PSD, alertamos para a necessidade de salvaguardar o bom nome e funcionamento da SFUAP, que não deverá ser responsabilizada pelos erros administrativos do executivo PS/PSD.

Por último, nesta que poderá ser a minha última intervenção da noite, aproveito para desejar a todos os presentes ou que nos seguem a partir de casa, o voto de boas festas do Partido CHEGA.”

6.1.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha pergunta também é sobre o contrato programa da SFUAP.

Na Atividade Municipal inclusive vêm as reuniões tidas com esta instituição, presumo que ao abrigo deste protocolo, e a pergunta do PSD é precisamente no sentido de esclarecer qual é o ponto de situação deste contrato, quais são os novos passos perante as notícias, pelo que foi noticiado pelos diversos órgãos de comunicação social do chumbo do Tribunal de Contas deste contrato.

O PSD considera importante o programa de desenvolvimento desportivo que está em causa e tendo em conta as alegações de falta de enquadramento legal e ausência de concurso público, a bancada do PSD solicita por isso, esclarecimentos sobre que medidas é que a Câmara Municipal pretende adotar para resolver esta situação, considerando que estamos a falar da prática desportiva de centenas de almadenses e também de dinheiro público, é quase meio milhão de euros, e o PSD exige rigor com o dinheiro dos contribuintes.”

6.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu confesso que, quando sai de casa para me dirigir a esta sala e participar nesta reunião da Assembleia Municipal, jamais me passou pela cabeça vir assistir a uma encenação teatral, a um longuíssimo monólogo, mas quis o destino que assim fosse. E assistimos aqui a uma encenação com muitas referências ao passado, com muitas referências ao que foi feito ou não foi feito, com muitas referências a tudo e mais alguma coisa, menos aquilo que nos trouxe aqui, que é a Atividade Municipal desta Câmara Municipal.

Eu registo que aqueles que se servem do que os outros fizeram, em contextos absolutamente diferentes daqueles em que estamos a viver, para fundamentar aquilo que são incapazes de fazer hoje, é porque têm a consciência de que são mesmo incapazes de fazer hoje.

Eu ontem disse à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que ela vivia numa realidade alternativa, e parece que ela hoje fez questão de confirmar que vive numa realidade alternativa.



Não foi para isso que os almadenses a elegeram Senhora Presidente, os almadenses elegeram-na para ser Presidente da Câmara Municipal, e para ser Presidente da Câmara Municipal, a Senhora precisa de conhecer e precisa de ser responsável.

E, portanto, lamentavelmente, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, não revela nem conhecimento, nem responsabilidade.

Eu queria agora falar de questões concretas do Município de Almada hoje. E neste ponto da ordem de trabalhos, o Grupo Municipal da CDU gostaria de colocar duas questões muito concretas à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A primeira, chegou ao conhecimento dos eleitos da CDU, que estarão a ocorrer diversos problemas com a execução do contrato celebrado com a empresa de segurança, à qual foi recentemente adjudicada a prestação de serviços de vigilância e segurança a diferentes instalações municipais. Problemas que passam designadamente, pela recusa de pagamento de subsídios de Natal aos trabalhadores que transitaram da anterior empresa para a atual, e pela imposição de horários de trabalho muito superiores aos limites previstos por Lei, em alguns equipamentos municipais.

Esta informação foi abordada na reunião de Câmara na segunda-feira passada, pelos Senhores Vereadores da CDU, que a colocaram à Senhora Presidente, tendo a Senhora Presidente informado que desconhecia a situação, mas que iria averiguar. A pergunta que fazemos é se desde a data da reunião da Câmara Municipal que referimos até ao dia de hoje, a Câmara Municipal apurou o que se passa efetivamente e se está em condições de confirmar ou não, as referidas práticas, que na opinião da CDU configuram manifestas ilegalidades, com as quais o Município não deve naturalmente pactuar.

A segunda questão é: ainda na reunião da Câmara Municipal de 18 de dezembro, os Vereadores eleitos pela CDU questionaram as condições em que as obras do alargamento do IC20, estão a decorrer, solicitando designadamente, informação sobre o plano de comunicação associado aquela obra, que o responsável pela entidade que a está a concretizar informou em reunião de Câmara, que iria ser desenvolvido, sobre quanto tempo vão durar as obras, sobre a manifesta insuficiência de informação e sinalização dos trabalhos e sobre o próprio projeto de execução daquela obra.

Reiteramos aqui, as questões colocadas pelos Vereadores eleitos pela CDU, e reiteramos o requerimento no sentido de ser fornecido com urgência, o projeto de execução da obra e respetiva calendarização dos trabalhos.”

6.1.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pizarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de entrar para as questões mais concretas da Atividade Municipal, queria só dizer que de facto, acho fantásticas algumas intervenções da Senhora Presidente, porque parece que fica muito surpreendida quando os partidos fazem aquilo para que foram eleitos, que é oposição. É que não foi só a Câmara Municipal que foi eleita, nós também fomos. E a nossa função aqui, é exatamente fiscalizar e alertar a Câmara Municipal para aquilo que não está a ser feito, não está a ser cumprido. Não sei se está à espera que nós venhamos aqui com pompons fazer claques aquilo que tem feito, mas não é essa de facto a nossa função. E parece que fica sempre muito surpreendida, ninguém disse que não feito nada Senhora Presidente, o que nós dizemos é que há coisas que ainda não foram feitas, que já deviam ter sido feitas, há coisas que foram feitas que se calhar não deviam ter sido feitas e, portanto, a grande diferença entre os partidos, entre regimes ditatoriais, e democráticos, é essa, é haver oposição. Portanto, acho que era importante que de uma vez por todas aceitasse isso, aceitasse as críticas, não ficasse surpreendido por nós fazermos aquilo para que fomos eleitos e que os almadenses esperam de nós.

Posto isto, de facto, o Partido Socialista tem sempre esta capacidade de achar que está tudo bem no país, no Município, não há problemas, fizemos imenso e está tudo maravilhoso. Isso não é a realidade, existem muitos problemas no Concelho e é preciso às vezes um bocadinho de mais humildade para também reconhecer isso.

Posto isto, falando em questões mais concretas, tivemos conhecimento de uma construção, de um empreendimento denominado Quinta do Robalo que está a ser erigido aparentemente na zona da Área



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, queríamos perguntar sobre isto, sobre um estudo de impacto ambiental, não nos parece que seja de facto, muito compatível esta construção.

Por outro lado, saiu a notícia que anuncia uma ilegalidade entre o contrato programa que foi assinado entre a Câmara Municipal e a SFUAP, acerca das aulas de natação, queríamos saber o que é que aconteceu, de facto, a Senhora Presidente está sempre a elogiar os seus serviços jurídicos, o que é que terá acontecido para que tenha ocorrido esta ilegalidade.

Queríamos alertar mais uma vez, para a questão do Ginjal, nós sabemos que existe uma série de problemas no Ginjal, mas parece que estamos à espera que ocorra uma catástrofe para se fazer alguma coisa. Existem cada vez mais pessoas a irem para ali, principalmente turistas que não conhecem a zona, não há iluminação, o passeio está cheio de buracos não tem um corrimão e, portanto, qualquer dia acontece qualquer coisa grave e era bom que atuássemos antes disso.

Por último, queríamos saber se a Câmara Municipal, nós sabemos que houve um relatório sobre a questão dos sem abrigo, entretanto, dados mostram que os números aumentaram muito nestes últimos tempos, esta altura do frio também é particularmente difícil para as pessoas que vivem em situação de sem abrigo, queríamos saber se a Câmara Municipal tenciona fazer algum reforço nesta altura para ajudar estas pessoas.”

6.1.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na reunião de Câmara de 6 de novembro, foi aprovado o projeto de Regulamento Municipal de Cuidadores de Colónias de Gatos do Concelho de Almada. A questão prende-se com o facto de o mesmo ainda não estar disponível no site da Câmara Municipal para consulta pública, tendo passado mais de um mês e meio da sua aprovação.

Temos recebido também várias queixas acerca das dificuldades dos gatos em alguns parques de campismo de Almada. No passado houve uma intervenção nos mesmos, sabemos que são sítios privados, no entanto, é necessário assegurar o acompanhamento desta situação e evitar os conflitos entre os utentes e os cuidadores e os animais.

No mês de novembro participamos também na reunião da subcomissão da Proteção Civil, a segunda do ano, e parece-nos manifestamente insuficiente a existência de apenas duas reuniões, sabemos que está no regulamento da mesma, mas iremos fazer chegar a sugestão que passe para 4 reuniões anuais, como acontece também noutros Concelhos, embora este não seja um Concelho.

Desde 2018 que temos insistido também sobre a necessidade de alterar o Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos para que o mesmo preveja a alimentação de animais de colónias registadas, e a última resposta da Câmara Municipal sobre o requerimento que enviamos e que demorou 3 meses a chegar, e cuja resposta se resume a um parágrafo que passo a ler: “Temos a informar que o Regulamento de Resíduos irá ser revisto no próximo ano de 2024, estando já este tema identificado para análise do mesmo. Mais informamos que eventuais alterações terão sempre que assegurar a higiene e salubridade urbana”. É só isto que diz.

Entendemos que esta resposta demonstra grande insensibilidade para com o trabalho meritório das cuidadoras do nosso Concelho, como se fosse a alimentação controlada e em sítios específicos a animais, por causa a higiene ou salubridade urbana, e não todo o lixo que é deitado para o chão ou colocado em terrenos ou contentores que nada têm a ver com os animais. Os Editais que são colocados em diversos locais, continua a ameaçar quem alimenta animais com coimas, falando mesmo que os animais errantes constituem uma potencial ameaça para a saúde pública, já que podem transmitir doenças. É tempo de trazer este regulamento para o século XXI e deixar de afirmar coisas como a que acabei de ler.

No que diz respeito aos projetos ambientais que foram aqui falados ontem, o PAN não faz coro com ninguém Senhora Presidente, para fazer afirmações proclamatórias, uma vez que para cada problema apresentado apresentamos soluções. O que acontece é que temos visões bastante distintas do que é necessário fazer para lidar com estes tão sérios problemas.



Conhecemos as iniciativas camarárias e reconhecemo-las como importantes para melhorar a qualidade de vida dos munícipes e para preservar a biodiversidade, seja a plantação de árvores, seja a construção de mais espaços verdes, ou a renaturalização de territórios do Município. O que dizemos é que estas iniciativas não resolvem o problema e que são necessárias medidas estruturais para lidar com este desafio, medidas que monitorizem e reduzam as emissões de gases de efeito estufa dos vários setores económicos, desde mobilidade, produção de energia, até aos serviços, a alimentação.

Por exemplo, o estudo da alimentação nomeadamente, o consumo excessivo de carne e de peixe, como contribuindo para a maior fatia da pegada ecológica de Almada. O que é que Câmara Municipal já fez em relação a este assunto? E para retirar os carros do centro da Cidade? E para reduzir o consumo de recursos? É por isto e não por qualquer outra razão que continuamos a dizer que a política climática de Almada está longe de dar as respostas necessárias.”

6.1.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda faz questão trazer sempre neste ponto da ordem de trabalhos, problemas que nos são sinalizados pelos residentes do Concelho de Almada. Alguns destes problemas tendem a ser bastantes específicos e por vezes afetam um grupo diminuto de pessoas, mas ainda assim julgamos que são temas que merecem de facto, ser abordados e resolvidos.

Existem, por outro lado, problemas que por serem tão óbvios e visíveis a todas e a todos, não precisam de ser sinalizados. São problemas que normalmente são transversais a outros Municípios e que caracterizam um pouco daquilo que são os grandes desafios da governação no nosso país, Estou a falar do trabalho, da educação, da saúde, da cultura. Mas há um problema que consegue unir várias destas dimensões da esfera pública, e que já se tornou em mais um dos problemas crónicos de Almada e que diz respeito à mobilidade. Desta vez falamos do alargamento do IC20, um tema que finalmente, está a ser discutido nos vários teatros políticos, locais e nacionais, mas cujo debate está a ser tragicomicamente feito com a obra já em execução. É que Senhor Presidente, este é mais um empreendimento que avançou sem a devida consulta pública, sem que as populações tivessem sido devidamente esclarecidas. Dir-nos-á o executivo, que o alargamento do IC 20 decorre de uma questão contratual que obrigava ao alargamento dessa via, caso o tráfego diário ali verificado superasse os 60 mil veículos. É um facto, não negamos. Mas também sabemos que esta cláusula contratual, podia e deveria ter sido cancelada pelo Estado Português, mas tomou-se a decisão de não o fazer.

Portanto, o problema Senhor Presidente, é que a lógica da batata que foi empregue neste caso, de aumentar vias automóveis para desafogar as artérias do Concelho, só serve para fazer Almada escalar mais posições no ranking das cidades, onde se perde mais tempo no trânsito. E a história comprova. A construção de mais vias só vai gerar mais procura, mais estradas, mais carros. O que vai acabar por perpetuar o mesmo problema que se procurava resolver. E esta foi a mesmíssima lógica seguida em Cidades como Los Angeles, Cidade do México, São Paulo, e em todas elas o resultado foi o mesmo. Mais e mais trânsito, mais e mais poluição, menos e menos qualidade de vida.

Senhor Presidente, a realidade é bastante clara, os almadenses e as almadenses, crentes ou não crentes, são obrigados a rezar antes de sair de casa, para poderem chegar aos seus destinos a horas e sem grandes problemas. E o que é mais incrível nesta história, é que na Assembleia da República, os peticionários contra o alargamento do IC20, chegaram à conclusão de que, apesar da obra ter avançado, estamos todos de acordo. Até os próprios Deputados do Partido Socialista, acenaram em concordância, e disseram que se está a avançar par um alargamento que não vai resolver este problema.

E, portanto, Senhor Presidente, deixamos aqui alguns questionamentos a este executivo camarário: quais são os planos que esta Câmara Municipal tem para melhor o sistema de transporte público? Porque ainda por cima agora é Natal e nada do presente com o Primeiro Ministro ia dar aos almadenses, da expansão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Onde é que estão os abrigos das paragens de autocarros? Um tema que o Bloco de Esquerda traz a esta casa há pelo menos um ano e meio.

Que estratégias tem esta Câmara Municipal para aliviar o congestionamento de trânsito no nosso Município, que não passe pela expansão de mais vias?

Onde é que estão as ciclovias, onde é que estão as zonas pedonais?

De que forma é que esta Câmara Municipal está a envolver a comunidade almadense, a população, as pessoas na discussão do planeamento urbanístico?

Senhor Presidente, a solução é muito clara, está estudada, existe e funciona. Precisamos de uma rede de transportes de qualidade que dê resposta à demanda tanto no número de utentes, como no que à frequência diz respeito, e que seja servida por ferrovia, autocarros, barcos e modos suaves de transporte. E isto serviria para que as cidadãs e os cidadãos de Almada, olhassem para os transportes públicos não como última opção, mas sim como a melhor opção que têm para se locomover no Concelho. É esta a visão que nós queremos imprimir em Almada e é esta visão que o Bloco de Esquerda exige e continuará a exigir a este executivo.”

6.1.2.7 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi tornado público na passada terça-feira, dia 19 de novembro, o acórdão nº 32/2023, datado de 20 de novembro, do Tribunal de Contas.

Este acórdão determina basicamente a ilegalidade do contrato programa de desenvolvimento desportivo, celebrado entre a Câmara Municipal e a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, ao abrigo do qual se previa assegurar a partir de dia 1 de novembro de 2023, a prestação de serviço de um considerável número de monitores de natação em serviço nas piscinas municipais, garantindo por essa via o funcionamento regular dos diferentes programas municipais no domínio da natação nas mesmas piscinas.

Perante este acórdão que lemos e reputamos da maior gravidade, o Grupo Municipal da CDU, solicita à Senhora Presidente os seguintes esclarecimentos:

Primeiro, encontrando-se previsto para o passado dia 1 de novembro, o início da produção de efeitos do contrato programa celebrado entre a Câmara Municipal e a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, agora considerada ilegal pelo Tribunal de Contas e encontrando-se neste momento em 21 de dezembro, praticamente dois meses passados sobre data, como está a Câmara Municipal a gerir no concreto as consequências do acórdão do Tribunal de Contas?

Segundo, considerando que este contrato programa afeta diretamente um conjunto de monitores e respetivas famílias, que prestam o seu serviço nas piscinas municipais, e assegurou o desenvolvimento de diferentes programas de promoção da prática da natação e são remunerados pela sua atividade profissional nos termos previstos neste contrato programa, que medidas adotou já, ou irá adotar no futuro imediato, a Câmara Municipal no sentido de assegurar a remuneração integral do trabalho desenvolvido por estes profissionais?

Terceiro, do mesmo modo que mediadas adotou já ou pensa adotar no futuro imediato, a Câmara Municipal no sentido de assegurar a continuidade dos diferentes programas municipais de natação, frequentados por largas dezenas de utentes, munícipes do Concelho de Almada?

Uma nota final, a propósito da discussão que aqui está a decorrer sobre a Atividade Municipal dos últimos 3 meses.

Senhora Presidente, a sua obsessão com a anterior gestão CDU, não é nada boa conselheira. Sabemos que a fasquia que lhe deixamos era muito elevada, mas 6 anos a caminho de 7 anos depois de terem chegado a esta Câmara Municipal, carregados de promessas, continuarem a querer justificar aquilo que não fazem e que prometeram e é muito, com aquilo que outros fizeram até 2017, convenhamos, é demais. Já ninguém acredita, e os munícipes perguntarão: o que é eles munícipes hoje que enfrentam os problemas da falta da habitação,



2

dos apoios sociais, enfim, os mais variados problemas, ganham com a discussão de uma Câmara Municipal e de uma Presidente da Câmara, que justifica sistematicamente aquilo que não faz, e não faz praticamente nada, reconheçamos, com aquilo que aqueles malfadados senhores da CDU fizeram ou não fizeram, até 2017? Nós estamos disponíveis se quiserem, para discutirmos aqui o que foi feito até 2017, aliás, desafiamos para se quiserem termos uma sessão sobre isto, agora, nestas sessões em que o que está em causa é a atividade que é desenvolvida por este Município, convenhamos o respeito que temos que ter pelos munícipes, leva-nos a que vos deixemos a falar sozinhos.”

6.1.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amorim Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer ao Senhor Deputado Nuno Mendes do CHEGA que falou relativamente a umas luzes que foram furtadas na Charneca de Caparica, e toda a sua intervenção sobre um conjunto de questões que aqui trouxe, faz-me lembrar aquele Senhor que vinha nos jornais há uns anos, que era o Professor Karamba, que normalmente diagnosticava tudo e tinha soluções para tudo. O CHEGA está nesta fase. O CHEGA é um partido que consegue diagnosticar bem tudo e tem soluções para tudo. É uma espécie de Professor Karamba, nós já sabemos, roubaram as luzes do barco e agora já falei com o Comandante da Guarda Republicana vou lá pôr um polícia à porta do barco para não roubarem as luzes. E vamos continuar com esta história de que está tudo mal, o país está à beira do abismo, só o CHEGA é que tem soluções, e boas.

Dizer também que as luzes na Escola Carlos Gargaté já vem atrasado, se calhar devia ter passado por lá de noite, como não passou ainda, as luzes junto ao barco e junto ao jardim já estão todas a funcionar. Já há alguns dias. Relativamente à Senhora Presidente e à questão da CDU, parece-me que a Senhora Presidente acho que deve sempre trazer estes números e é importante, porque as pessoas têm uma noção e a comparação daquilo que se está a fazer e do que se fez no passado.

Portanto, a CDU quer reescrever a história o que nós temos aqui de debater não é o que a CDU fez, é o que é que não fez em 41 anos. O que fez está feito. Mas o que não fez e deixou por fazer. É que Almada não é um Concelho qualquer, não é nenhuma Câmara Municipal do Alentejo do Partido Comunista, estamos a falar do 7º Município maior do país. E a visão que tiveram para este território foi muito pequenina, de gente pequena que pensou sempre pequeno. Nós somos o 7º maior Município do país. Nós olhamos para isto e percebemos, qualquer pessoa percebe, que não houve nenhum planeamento de desenvolvimento para o Concelho. Era tudo em função do ciclo eleitoral, o que mandava era o ciclo eleitoral. O Concelho nunca teve uma estratégia definida, nunca teve. E hoje vejo alguns Vereadores do Partido Comunista a dizer que é preciso mais equipamentos desportivos, mais equipamentos culturais, e a Senhora sabe quando vai comigo à Associação Nacional de Município, porque vamos os dois muitas vezes, o que é que lá debatemos hoje, Smarcities, mobilidade verde, digitalização, mas estes senhores, como não fizeram o trabalho deles no final da década de 2000, e na primeira década deste século, que era os equipamentos desportivos e culturais, que era aí que havia fundos comunitários, era a estratégia para equipar os Concelhos, como não fizeram, nesta fase temos que estar a discutir outros assuntos, assuntos mais importantes do que estes, vêm falar de coisas que não fizeram no passado e vêm exigir hoje.

Portanto, eu acho que a Senhora há pouco esteve muito bem, eu acho que é assim que deve fazer, deve dizer o que é que se está a fazer, e deve comparar com aquilo que foi feito.”

6.1.2.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara, há pouco na sua intervenção, eu peço desculpa, mas mais uma vez o CDS não partilha dessa euforia e desse otimismo que tem relativamente ao prisma que fez, ao balanço que fez do ano. E mais uma vez o CDS insiste e eu penso que a Senhora Presidente conhece, e acho que é uma entidade completamente insuspeita que é a Bloom Consulting, onde Almada teve um grande tombo naquelas que são as áreas do desenvolvimento, turismo e para viver, para investimentos. Eu penso que a Senhora Presidente sabe do que é que eu estou a falar.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas para não dizer que estamos sempre a criticar, eu quero reconhecer o evento que foi criado aqui em Almada, e o CDS desde sempre que entende que o espaço público deve ser quer para a cultura um espaço, aquilo que chamamos uma tela a céu aberto, e entendemos que a ideia de colocação das fotografias pela cidade, é uma ideia acertada. De qualquer maneira acho que tem é que rever o material das mesmas porque aí é que eu acho que não foi acertado. Mas de qualquer forma reconhecemos que é um passo, devemos é fazer ainda muito mais.

Depois, foi criada ou pelo menos penso que já tenha sido criada, a Comissão para a Toponímia, foi criada? Já está em funcionamento? Que resultados é que já teve, porque temos aqui alguma lista de espera para atribuição de toponímias e análogas nesta mesma matéria.

Depois, quero ainda neste mesmo ponto, questionar a Senhora Presidente e de uma forma bastante serena, o que é que se passa com a homenagem aos antigos combatentes? Mais uma vez não vem no Orçamento nem nas Opções do Plano para 2024, é uma proposta que foi apresentada pelo CDS e inclusivamente já foi debatida e houve consenso na Comissão Especializada, a Senhora Presidente inclusivamente, prometeu numa Sessão da Assembleia Municipal e está gravado, aos representantes da Liga dos Antigos Combatentes, um memorial em homenagem aos antigos combatentes, como há em outros Concelhos, inclusivamente sobre a gestão do Partido Socialista, ia ser uma realidade. Mas começamos a achar que há algum estigma, algum preconceito, para com os antigos combatentes. Mas prove-nos o contrário Senhora Presidente. Portanto, explique-nos por favor, e se precisar de 20 segundos para responder o CDS atribui-lhe os 20 segundos se ainda os tiver. Fica aqui a questão.

Depois, o CDS também gostaria de solicitar para que não restem quaisquer dúvidas, explicações sobre o contrato com a SFUAP para que, quer os eleitos, quer os munícipes, visto que não gostamos de ver o Município de Almada na comunicação social por estas razões, portanto, penso que todos nós e os almadenses e a SFUAP, devem uma explicação.

Depois, só um reparo. Reconhecemos também que as iluminações, o espaço do Natal este ano, não sei se atingiu um milhão como no ano passado, queremos ver o povo feliz, é uma época muito importante, reconhecemos que o espaço principal, a Praça São João Batista em Almada, até aderiram à pista de gelo, e com certeza tem atratividade, queremos chamar pessoas para o centro da Cidade, mas Senhora Presidente, o Natal, aquilo que nós festejamos e comemoramos e que temos uma pausa no nosso trabalho, nas nossas atividades, não é só e sendo a sua área, não é como um género de cinematográfico, não o fantástico, nem é qualquer coisa parecida, nem é também só luz, não é o Pai Natal, não são os elfos, Senhora Presidente, posso estar enganado, mas não vejo um presépio, não vejo uma imagem daquele que é o menino Jesus, que é aquilo que nós festejamos que é o Natal, portanto, podem rir, mas a questão é essa, porque todos festejamos o Natal, por alguma razão é e o Natal não é só festança, não é as prendas, não as iluminações, a árvore de Natal, é muito mais do que isso.

Mas Senhora Presidente, queremos que todos sejam felizes, pense nesta matéria porque há muito mais que o Pai Natal, há muito mais do que as luzinhas, há muito mais do que a pista de gelo, com o comboio que é tudo muito bonito. Portanto, Senhora Presidente, deixo aqui um repto.”

6.1.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho falar da falta de iluminação, aquela iluminação que é temporária, a da quadra natalícia, e lá mais à frente falarei da iluminação permanente que é a do nosso espaço público.

Senhora Presidente, parece que as Freguesias de Laranjeiro e Feijó, para além de outras também, foram um bocado esquecidas neste plano de iluminação de Natal.

Avenida 23 de Julho, aliás, se não sabe, tem a mesma dimensão que tem o somatório da Avenida Bento Gonçalves, com a Avenida Dom Nuno Alvares Pereira, com a Avenida 25 de Abril e com a Dom Afonso Henriques. Têm precisamente a mesma dimensão.

É composta, todas elas de um vasto comércio. Apenas na Praça da Portela estão dois anjos de uma forma muito tímida, apenas para que nada seja lá colocado e não contamos com a rotunda do Brejo, porque está a entrada



da Cidade, embora já pertença à Freguesia de Laranjeiro se calhar alguns até desconheciam esta realidade, junto ao Estado Municipal José Martins Vieira.

Dizer ainda que, segundo dados que estão na base.gov há um investimento total para esta enorme festança acima de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) já com IVA, e em relação às iluminações de Natal temos aqui um valor já com IVA de 175.000,00€ (cento e setenta e cinco mil euros). Quais foram os critérios? Será que não houve neste montante mais espaços onde a iluminação pudesse ocorrer na nossa Freguesia? É caso para dizer: Valhas a iluminação do coração e da Alma, porque de facto as nossas populações e o comércio local, mereciam muito mais da parte deste Município. Mas isto é o temporário, e agora vamos aquilo que nos deve preocupar mais, que é em relação à iluminação pública.

Da rotunda do Centro Sul à rotunda do Brejo, entrando pela Avenida Henrique Barbeitos até ao Estádio Municipal, incluindo o próprio parque de estacionamento do Estádio, nem um único candeeiro está aceso.

Na Avenida 23 de Julho, do cruzamento da Praça Lopes Graça até ao cruzamento da rua Marcos de Portugal, assim como ao longo da linha de metro e da via ciclo pedonal, também nem um único candeeiro aceso.

Na Praça Lopes Graça, os comerciantes e as populações, assumem que vivem em constante insegurança, pela fraca iluminação desta zona.

Na Avenida Arsenal do Alfeite, desde a rotunda do Parque Industrial do Feijó e de um espaço que aguarda licenciamento para abrir, até à Praça Lima de Freitas, o mesmo cenário desolado com uma completa ausência de iluminação pública.

E podia continuar com o extenso relatório onde nem sequer a rua Henrique Mota, Francisco Bastos, António Calado e Sérgio Malpique, junto à zona comercial do Almada Fórum, escapam a este trato a que estão sujeitas as populações.

Senhora Presidente, em nome da população Laranjeiro e Feijó, peço mais atenção a estes problemas de duas Freguesias, que são parte das 6 que compõem o núcleo urbano da Cidade de Almada e fazem também parte das onze Freguesias que formam o Concelho de Almada."

6.1.2.12 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal, desenvolvida pela Câmara Municipal dos meses de setembro, outubro e novembro, hoje em apreciação, iremos destacar algumas das ações desenvolvidas nos pelouros atribuídos ao PSD neste período.

Na área do turismo, realizou-se a cerimónia de entrega de prémios relativos ao concurso de gastronómico Sabores de Almada, e procedeu-se à segunda edição do Almagusto do Jardim do Castelo.

Foi lançado o episódio dedicado a Almada no programa televisivo de promoção turística "Experiências"

Continuaram-se os trabalhos de criação de conteúdos para a edição de 5 novas brochuras de promoção de Almada, com destino turístico.

Execução da candidatura de "Turismo Mais Sustentável", através da requalificação do muro do Almaraz e também da criação de conteúdos para uma brochura promocional.

Na área dos mercados, finalizou-se a proposta de regulamento dos mercados retalhistas municipais, tendo em vista a respetiva consulta pública, elaboraram-se diversos processos aquisitivos para manutenção e conservação de vários mercados municipais.

No serviço de meteorologia, concluíram-se diversos procedimentos de aquisição de diverso material e também de software para as funções de afrição.

No que respeita ao serviço cemiterial, está em curso a criação de uma área para reserva de acolhimento em caso de calamidade, no cemitério de Vale Flores.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Prosseguiram-se os processos de revisão do protocolo existente com a Comunidade Islâmica, tendo em vista a realocação do espaço a ocupar.

Realizaram-se as preparações das comemorações do dia de Finados e neste período procedeu-se à concretização de 622 atos funerários.

No que respeita aos espaços verdes, espaços urbanos e viveiros municipais, mantém-se a monitorização do acordo de execução com a União de Freguesias da Caparica e Trafaria, procedeu-se à plantação de mais de 277 árvores e 318 arbustos e herbáceos dos parques e espaços verdes, encontra-se em fase final de execução a empreitada de requalificação e valorização dos espaços públicos no Parque da Juventude em Almada.

Preparam-se as peças de procedimento para a empreitada de requalificação do Parque das Quintinhas e do Parque Aventura na Charneca de Caparica.

Foi concluído o estudo prévio para requalificação do estacionamento do Chegadinho no Parque da Paz.

Foi feita a proposta de implantação do novo espaço de jogo e recreio no Bairro do Matadouro, e deu-se andamento ao procedimento concursal para a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do espaço de jogo e recreio.

Realização a triagem e avaliação a 134 ocorrências participadas pelos cidadãos.

Concluíram-se os concursos públicos para aquisição do estilizador e também para a conservação do arvoredado até 2025.

Desenvolveram-se 2 candidaturas dos Dragoeiros do Presídio da Trafaria, respetivamente a árvore de interesse público e ao concurso árvore 2024.

Iniciaram-se os trabalhos de plantação de mais 130 árvores na Avenida no Arsenal do Alfeite e variante à Estrada Nacional 10.

Deu-se ainda início no viveiro do Alto do Índio, à proposta de requalificação para o tornar simultaneamente num espaço pedagógico e visitável, bem como a um ciclo de workshop mensais, com comunicação regular associada às diversas estações do ano e ciclos vegetativos.

6.1.2.13 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para responder ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, que eu muito prezo e que nas suas intervenções me consegue tirar sempre um sorriso.

Permita-me dizer-lhe que, eu prefiro sempre ser comparado com o Professor Karamba do que com o Eng.º José Sócrates. Isso para mim é que seria uma ofensa, porque prefiro sempre ser comparado com Professor Karamba.

Mas nem com os meus poderes de divinação do Professor Karamba, eu consigo perceber o porquê de tanto regozijo por estarem 3 meses com uma rua da escola que serve as crianças sem luzes. Há dois dias foi reparado, fantástico, 4 meses quase sem luzes. A escola continua sem a porta estar a funcionar porque o sistema elétrico não suporta, não há internet nos pavilhões novos, não há um conjunto de situações, mas, fantástico, tivemos luz há dois dias.

Na rua do Monte continua também a não haver luz, mas em contrapartida temos estradas no Funchalinho com postos no meio da estrada. Mas ficamos todos contentes porque há dois dias resolveu-se um problema que tinha quatro meses.”

6.1.2.14 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Quinta do Robalo, Senhora Deputada, não faça como aquelas pessoas não vi, mas não gostei, ou, mas não li, mas não gostei.



2

A Quinta do Robalo é um projeto muito interessante 100% ecológico, cujo o grande desafio é justamente ser 100% sustentável ao nível da água e da eletricidade. Está a percorrer todo o seu caminho, inclusivamente com os pareceres da Câmara Municipal e vai ter naturalmente, um estudo de impacto ambiental, porque todos os proprietários sabem e conhecem, aquilo que são as condicionantes do terreno. Nós temos aliás, mostrado este projeto como um bom exemplo do que é que se pretende fazer numa área protegida e que é levar vida para uma área protegida, protegendo-a e não a danificando. Portanto, esteja descansada em relação a isso.

Dizer de facto, também partilho consigo as preocupações com o Ginjal, nós temos mandado sistematicamente a Proteção Civil para lá ir, quando não for possível vamos ter que fechar aquele acesso que é muito problemático enquanto conseguir desbloquear, porque nós conseguimos ir lá fazer obra porque aquilo não é nosso. Portanto, há ali um problema.

Também dar nota ao Senhor Deputado Karim Quintino, o IC20, só passou a municipal depois da curva a seguir ao cruzamento com os Capuchos. O IC20 não é municipal, esta obra não foi decidida e o contrato de concessão não é com Município. Dito isto, e volto a insistir, o Município foi confrontado com esta questão de alargamento. Nós temos estado em conversações com a Baixo Tejo, até no sentido de expandir inclusivamente, o corredor Bus. Nós estamos com um problema, é que neste momento a tutela destas obras e desta estrutura está um pouco fragilizada. Chegamos a reunir, temos estado com a Baixo Tejo que tem sido muito colaborante, é verdade, é preciso um novo plano de comunicação que ainda não chegamos.

Relativamente à rede de autocarros arrancou com dificuldades, mas mesmo assim temos quase o dobro de autocarros e frequências do que tínhamos antes. Portanto, estamos absolutamente em sintonia.

A participação dos munícipes. O Programinha "O Meu Bairro" que não é tão pequenino assim, é um bom exemplo de como é que nós queremos envolver as populações nas decisões das requalificações dos bairros.

Só para terminar, o Senhor Deputado António Pedro Maco. Os números só por si não me provocam nem euforias nem tristezas, as pessoas sim, essas sim, provocam-me euforias, surpresas, desilusões, sentimentos. Os números não provocam sentimentos, mas são instrumentos de análise. Agora, quando somos tão acusados de não fazer nada, realmente são muito uteis para provar que alguma coisa haveremos de fazer."

6.1.2.15 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo pela questão relativamente ao contrato programa do desenvolvimento desportivo.

A primeira questão é, que os contratos programa de desenvolvimento desportivo são instrumentos comumente utilizados por muitas das Autarquias, aliás, não preciso viajar muito, aqui ao lado o Seixal, são também comumente utilizados. Aquilo que posso dizer é que foi uma situação de fiscalização prévia, portanto, o contrato não chegou a entrar em vigor, ao contrário daquilo que o CHEGA disse, é uma decisão passível de recurso, tanto que o recurso já foi entregue em Tribunal de Contas. Portanto, é aguardar.

Aquilo que posso dizer é que independentemente disso a parte da contratação dos trabalhadores, foi lançado um concurso que está a decorrer, o que nós queremos mesmo é um contrato programa de desenvolvimento desportivo, mas isso está a decorrer esse tramites.

Segunda questão e ainda retomando o assunto do IC20, eu queria só tocar neste ponto porque às vezes e o Bloco de Esquerda muitas vezes tem feito essa, que na nossa opinião é uma falsa dicotomia entre o IC20 e o Metro.

Se há partido que trouxe a expansão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica, foi o Partido Socialista. Para a agenda, para a centralidade da agenda. E do ponto de vista deste executivo, o pilar central da estratégia de mobilidade é a valorização do transporte público, expansão do Metro designadamente até à Costa da Caparica e valorização também do autocarro, isso hoje em dia é visto através da Carris Metropolitana, e o Metro eu digo, basta recordar a carta que a Senhora Presidente leu aqui também numa Assembleia Municipal do Senhor Ministro do Ambiente não assim há tanto tempo, onde se comprometia exatamente com a solução do Metro



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que estava planeada e está esperamos nós, que isso seja independente da existência de um novo Governo. Isso sim, é aquilo que é a nossa estratégia.

Do ponto de vista do IC20, a Senhora Presidente já explicou, não depende de nós, esperamos que esse alargamento possa resolver vários dos constrangimentos e acho que isso também será muito importante.

Por último, falar também da questão que foi colocada relativamente aos bairros precários, pelo CHEGA, que aliás perguntava quantas pessoas vivem nos bairros precários, infelizmente, seja versão Professor Karamba ou outra qualquer, a verdade é que para os bairros precários, eu não me lembro de qualquer solução apresentada pelo CHEGA, aliás, aquilo que eu perguntava era se os números que pretendem é para aprofundar a estigmatização ou se é para aprofundar a verdadeira resolução dos problemas, o último grande levantamento que foi feito, foi feito em 2019 e depois atualizado, que é a Estratégia Local de Habitação que o Município tem, que aliás foi a segunda Estratégia Local de Habitação apresentada e criada neste país e que identifica, é uma questão de ler os números, e aliás, é importante lembrar que também nessa dimensão aquilo que estamos a fazer é executar a estratégia. E um exemplo, foi aquilo que estamos a fazer e que fizemos por exemplo, na vala do 2º Torrão, foi pela primeira vez, foi a primeira resposta de habitação pública ao núcleo precário do 2º Torrão e é um trabalho que estamos a continuar.

6.1.2.16 – A Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É só para dar nota que, relativamente à toponímia, a comissão da toponímia está prevista no Regulamento já foi a reunião de Câmara o início do procedimento, a na próxima reunião de Câmara já vai iniciar, penso eu, a proposta para entrar em consulta pública do novo regulamento de toponímia. A comissão faz parte do novo regulamento e está lá previsto o seu funcionamento.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente Luís Palma, eu vou pedir para verificar, mas eu garanto que o contrato das iluminações de Natal relativamente aos sítios, é exatamente idêntico ao do ano anterior. Agora, é verdade que em todas as Freguesias, há aquele que é contrato do Município e depois há os contratos que as Juntas de Freguesia também fazem. Mas se não for, podemos verificar, confesso que eu me foi apresentado como sendo idêntico. Esteja descansado a sua bela Freguesia só não é discriminada como é muito querida.

Portanto, agora nós estamos de facto, e é algo que muitas vezes me pedem para fazer voz grossa, posso tentar, mas aqui é mais do que voz grossa e estamos mesmo a chegar a um limite relativamente à falta de assistência que a E-REDES está de facto a fazer à nossa iluminação pública. Com pedidos incessantes.

Aliás, normalmente, só cá trago aqui à Assembleia Municipal quando não consigo resolver logo imediatamente. Agora, também me chegaram a dar esta resposta, como Almada quer lançar um concurso aberto ao mercado para alteração das luminárias, nós deixamos de fazer manutenção. O que é absolutamente extraordinário como resposta inaceitável, absolutamente inaceitável. Portanto, trago aqui à Assembleia Municipal, neste momento a Câmara Municipal está a chegar ao limite da paciência, de facto, do incumprimento dos imensos pedidos que foram feitos. Não é só na sua Freguesia infelizmente, é um pouco por todo o Município. E até tiveram a desfaçatez de me virem dizer a razão pelo qual, se nós queremos mudar as luminárias então eles deixam de fazer manutenção. Ora não pode ser, uma coisa não tem a ver como a outra como o Senhor Presidente bem sabe. Portanto, eu vou deixar claro que, o que se está a passar aqui em Almada, não é admissível, e muito menos por parte de uma empresa como a E-REDES e a EDP que foi uma empresa que ganhou o tamanho que tem graças ao investimento público.”

6.1.2.17 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra para tecer algumas considerações sobre aquilo que o meu caro amigo e também Deputado Municipal Luís Palma veio aqui dizer sobre a questão das iluminações de Natal.



8

Eu compreendo que se venha dizer essas e muitas outras situações, mas devo recordar-lhe o seguinte: não há nenhuma Câmara Municipal no país que coloque iluminações em todas as Freguesias. Aqui ao lado, a Câmara Municipal do Seixal, que é de gestão CDU, não colocou em todas as Freguesias, por exemplo, Santa Marta do Pinhal, não tem iluminações de Natal. A Câmara Municipal creio eu, ainda colocou duas iluminações em cada uma das Freguesias, no entanto, se cada Freguesia entende que deve ter mais, então que as Freguesias façam, todas, como faz a Freguesia da Charneca de Caparica, pela mão do Senhor Presidente Pedro Matias, faz o concurso público e adjudica um conjunto de iluminações de Natal e, Senhor Deputado Municipal se passar na Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, toda, porque é enorme, é metade do território de Almada, encontra uma Freguesia lindíssima à noite, com iluminações de Natal por todo o lado, e os municípios agradecem, têm a sua vida mais feliz nesta quadra e agradecem muito à sua Junta de Freguesia.

6.1.2.18 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Vereador, permita-me só dizer, o Professor Karamba parece ter sido quem fez o orçamento da Câmara Municipal, porque a taxa de execução nem por divina sessão lá vamos. Mas, vamos nos deixar de demagogia.

A tática de enfiar a cabeça na areia para não saber os números para resolvermos o problema já não funciona. Precisamos de identificar o problema e não é para discriminar as pessoas. Precisamos identificar a dimensão do problema para quantas casas precisamos de construir, se não soubermos a dimensão do problema, vamos andar sempre a dizer que é preciso investir, mas não sabemos quantos fogos são necessários construir. Não há aqui qualquer discriminação. É necessário identificar a dimensão total do problema para apresentar uma proposta real. Se vocês não sabem sequer a dimensão do problema que proposta vão apresentar? Vão contactar o Professor Karamba? Se calhar o Presidente da Junta de Freguesia terá o contacto para o poder facultar.”

6.1.2.19 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nem no Natal a CDU oferece tampo à Câmara Municipal, mas gostaria que a Senhora Presidente da Câmara Municipal respondesse às questões que nós colocamos.

A Senhora Presidente respondeu a uma das questões que lhe coloquei sobre o IC20, e sobre isso quero lhe dizer que é verdade, a obra do IC20 não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas o IC20 fica no território do Município de Almada. E a Presidente da Câmara Municipal de Almada é a Senhora, não é mais ninguém. Portanto, a Senhora tem uma responsabilidade sobre aquela obra, quer queira, quer não queira.

A questão que ficou por responder, nós reputamo-la de importante, é uma questão que se prende com trabalhadores, a Senhora Presidente provavelmente estava distraída não ouviu a questão que eu coloquei, mas ela foi colocada na reunião de Câmara na segunda-feira passada, e tem a ver com a situação da empresa de segurança aos edifícios municipais, que foi contratada recentemente pela Câmara Municipal. Eu não vou aqui repetir a pergunta, não vale a pena, a Senhora Presidente com certeza se estiver atenta consegue responder-me.”

6.1.2.20 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentarei ser telegráfico para responder à Senhora Presidente e ao Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira.

Quando se vem procurar justificar aquilo que não se faz no nosso Concelho com os Concelhos ao lado, parece-nos a nós que não é correto, não é ético, ainda para mais quando não corresponde à verdade daquilo que sucede nos Municípios vizinhos. E sejam eles aqui desta margem ou da margem a norte do Tejo.

Dizer-vos que, quando a Câmara Municipal investe 1.089.306,08€ (um milhão oitenta e nove mil trezentos e seis euros e oito cêntimos), isto já com IVA incluído, em toda esta festa de Natal, tem o valor que já há pouco referi



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de cerca 175.000,00€ (cento e setenta e cinco mil euros), quando a Junta de Freguesia propôs, agora eu não quero pôr em causa os serviços, zonas como Avenida 23 de Julho, Praça da Portela, rua Dr. António Elvas, Avenida Arsenal do Alfeite, Praça Francisco Taborda e Praça Lopes Graça, se o fizemos é porque entendemos que deve haver um contexto evolutivo de um conjunto de situações e destas em concreto. Não é por o ano passado se ter feito só nas zonas onde agora estão, que não se pode caminhar noutro sentido. E só para vos dizer, a Junta de Freguesia já fez iniciativas de Natal, continuou a fazer este ano, mas este ano teve que optar por não colocar as iluminações e daí termos feito esta proposta à Câmara Municipal sempre num sentido colaborativo. Agora, quando a Câmara Municipal investe 1.089.306,08€ (um milhão oitenta e nove mil trezentos e seis euros e oito cêntimos), que é mais do que é o orçamento total da Junta, se calhar se percebe porque é que nós solicitamos à Câmara Municipal algum apoio neste sentido.

É apenas isto que estamos a dizer, é uma reivindicação que nós trazemos aqui, é algo que temos falado com as nossas populações, e não é mais do que isto. Portanto, não entendam isto como uma crítica aguda, é apenas para que de futuro se possa fazer de outra forma.”

6.1.2.21 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre as iluminações de Natal, parece que ficou claro para todos aquilo que aqui foi feito. Um investimento onde temos hoje uma Feliz Almada, excelente quadra natalícia a ser vivida pela população, com entretenimento, com também vivacidade, com dinamismo. E também temos aqui provas demonstradas de opções políticas. E sim, Almada pode, pegando aqui no assunto Almada pode, não pode, Almada pode já há algum tempo. Pode intervir, pode fazer e pode evoluir. E nesse sentido, tem evoluído bastante nesta questão do Feliz Almada, é evidente para todos. E na iluminação é uma opção política. Optou por fazer um mercado, o mercado é interessante, obviamente que outras Juntas e muito bem, aqui foi explicado a Junta da Charneca de Caparica e Sobreda, optou pelas iluminações, portanto, agora não podem querer tudo. Por isso são opções políticas bem disse que no futuro pode ser diferente, é uma opção que fez, e se quer iluminar as duas Freguesias, teria que optar dessa maneira, obviamente.”

6.1.2.22 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É só quero esclarecer esta questão. Quando a CDU agora veio fazer as contas das festividades, é bom que a gente se entenda. Para já tenho que ir verificar esse montante global das festividades, mas aqui também não houve um aumento. É bom lembrar que envolve o Natal todo das Escolas, envolve todos os espetáculos de Fim de Ano, o fogo de artifício, o Mercadinho de Natal, todas as estruturas. Portanto, não há diferença nenhuma.

Acho curioso ser a CDU a insistir com esse montante, confesso. Acho muito curioso, estaria à espera mais para aquelas bandas. Eu acho mesmo estranho que vá por aí. Eu não conhecia as opções que o Senhor Presidente de Junta faz em termos de gestão das festas de natalícias durante o ano. Volto a dizer, até este ano houve a preocupação de dizer, não vamos aumentar relativamente aquilo que é a prática habitual que é de facto, a série de espetáculos que estão no Está Tudo em Festa, que é as iluminações um pouco por todo o Concelho, que é o Mercado de Natal, que é o Natal nas Escolas, que é os espetáculos de Fim de Ano e que é o fogo de artifício de Fim de Ano, é o habitual. É igual aquilo que tem sido feito e que felizmente, é obvio que quando chego à Praça da Liberdade e vejo a felicidade das pessoas e a quantidade de pessoas que lá vão, eu acho sinceramente, que as pessoas depois de um ano tão difícil, merecem ter este momento de reencontro e alegria entre amigos e família.”

6.2 – Entrou-se no ponto 3.14 da agenda relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revisão da Carta Educativa de Almada – Aprovação de documento”;

6.2.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta já foi apresentada ontem, penso que está claro.

Dar só nota que de facto, tinha sido entregue a declaração em papel, os Senhores Deputados ao irem ao Portal não tiveram acesso a ela, ontem mesmo eu disse que pensava que todos já tinham a declaração da DGEST, creio estar em condição de passarmos à votação.”

6.2.2– No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU).

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Carta Educativa elaborada pelo Município e apresentada neste Órgão, assume um compromisso para o futuro que a todos nos vincula na definição de princípios, estratégias, planeamento, estabelece prioridades, aponta a execução de equipamentos e medidas que darão corpo às políticas educativas.

Salientar o exemplo de participação dos diferentes agentes da comunidade educativa, técnicos municipais, eleitos locais, os quais deram o seu importante e fundamental contributo para o enriquecimento do documento e valorização dos diferentes domínios de complexidade dos diagnósticos, das variáveis a ter em conta, das áreas de intervenção pedagógica, da sua diferenciação e de um projeto com horizonte temporal para uma década, onde a evolução do Concelho na sua demografia e necessidades previsionais, permitam espaço ao seu alargamento, redimensionamento e monitorização.

Pela avaliação do documento as opções tomadas e que são priorizadas, vão ao encontro de um conjunto de propostas anteriormente identificadas, onde se assume a evolução demográfica do Concelho como estratégia de investimento, para mais equipamentos educativos que respondam às necessidades das populações.

Consideramos ainda e acreditamos, que a flexibilidade que a Carta Educativa permite, merecerá que algumas necessidades diagnosticadas sejam enquadradas num estatuto prioritárias, atendendo os pareceres dos diferentes atores envolvidos na elaboração deste documento.

Assim, pela adaptabilidade que o documento contém, estaremos atentos para dar o nosso contributo para que a construção dos novos equipamentos escolares nos vários níveis de ensino, a requalificação de outros existentes, e a sua adaptação às diferentes necessidades pedagógicas, bem como de outras infraestruturas de apoio ao desenvolvimento cultural, desportivo do conhecimento científico e de competências artísticas, possam estar na primeira linha de prioridades.

Deste modo, aproximar-nos-emos de uma realidade ambicionada, em que se afirmam as entidades na diversidade, em que a escola está aberta à sociedade e a sociedade está aberta à escola.”

6.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 35 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniãos de Freguesia que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea k), do nº 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a revisão da Carta Educativa de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 7 de agosto que aprovou a proposta nº 2023-356-DepE.

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 23h55, deu-se por concluída a última Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, dos/as Vereadores/as Senhores/as, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Débora Rodrigues, Gabriel Rosa, Guilherme Ferreira, Helena Azinheira, Mara Rita Silva Martins, Tiago David Galveia e Jefferson Oliveira.

9 – Foi verificada a presença de cerca de dez munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ *Inês de Medeiros*

O 1º SECRETÁRIO _____ *R. Matias*

A 2ª SECRETÁRIA _____ *Mara Rita Silva Martins*